

## Masculinidades e paternidades: novos olhares

### Masculinidades y paternidades: nuevas perspectivas

Camila Rebouças Fernandes\*

**Resumo:** Masculinidades e paternidades são fenômenos fluidos e transitórios a depender das concepções de uma sociedade em diferentes períodos históricos, territórios, gerações. As experiências de paternidade durante o período da gravidez ainda não são exploradas expressivamente pela comunidade científica. Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo conhecer, durante a gestação, as expectativas dos homens quanto as mudanças em suas vidas após o nascimento da criança. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, onde foram entrevistados dez homens que utilizavam o serviço de pré-natal de uma unidade de saúde pública federal no Rio de Janeiro. As expectativas de mudanças levantadas pelos participantes envolvem planejamento do tempo, fatores socioeconômicos, perspectivas de vida, visão de mundo e preocupações voltadas à gestante e ao bebê. Apesar da crescente ampliação da atuação dos homens enquanto pais, nesta pesquisa foram observados discursos que aproximam estes sujeitos de uma paternidade com atuação ainda restrita.

**Palavras-chave:** Masculinidade. Paternidade. Cuidado pré-natal.

**Resumen:** Las masculinidades y las paternidades son fenómenos fluidos y transitórios que dependen de las concepciones de una sociedade em diferentes períodos históricos, territórios, generaciones. Las experiencias de la paternidad durante el período de embarazo aún no han sido desarrolladas significativamente por la comunidad científica. En este sentido, el presente estudio tiene como objetivo conocer, durante el embarazo, las expectativas de los hombres com respecto a los cambios en sus vidas después del nacimiento del niño. Es una investigación cualitativa, descriptiva y exploratoria, em la cual fueron entrevistados diez hombres que utilizaron el servicio prenatal de una unidad federal de salud pública en Rio de Janeiro. Las expectativas de los cambios planteados por los participantes

---

\* Mestra em Políticas Públicas em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPDH/UFRJ). Especialista em Saúde da Criança e do Adolescente Cronicamente Adoecidos pelo Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz). Graduada em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ). Atua como Pesquisadora no setor de Monitoramento e Avaliação do Instituto Promundo.

involucran planificación del tiempo, factores socioeconómicos, perspectivas de la vida, visión del mundo y preocupaciones por la mujer embarazada y el bebé. A pesar de la creciente expansión del desempeño de los hombres como padres, en esta investigación, se observaron discursos que acercan a estos sujetos de una paternidade aún restringida.

**Palabras-clave:** Masculinidad. Paternidad. Cuidado prenatal.

### Masculinidades e paternidades

As masculinidades e as paternidades são atravessadas por fatores sociais, econômicos, políticos e culturais. Apesar de sua fluidez, transitoriedade e pluralidade (KIMMEL, 1998; RABELO, 2010), o conceito de masculinidade em sua definição tradicional é calcado em tudo que o homem é (ou “deveria” ser) e em tudo que o homem não é (ou “deveria” não ser).

Historicamente, a masculinidade tem sido difundida como polo dicotômico à feminilidade. Ainda que possam ser consideradas complementares, “eles podem conviver um com o outro, mas nunca um no outro” (TORRÃO FILHO, 2005, p. 144). Nos corpos reconhecidos como cisgêneros, as características socialmente consideradas femininas são permitidas apenas nas mulheres – o que também é válido para características “masculinas”. Se um homem possui algum comportamento socialmente atribuído à mulher (e vice-versa), este o desqualifica (PINHEIRO; COUTO, 2008; RABELO, 2010; WELZER-LANG, 2001) e o coloca no campo da “anormalidade”.

O conceito tradicional de masculinidade se relaciona à ideia de virilidade, localizando os homens como sexualmente dominantes e contribuindo para a determinação do binarismo entre os papéis socialmente desempenhados por homens e mulheres, bem como por suas diferenciações biológicas (BARBOSA, 1998; TORRÃO FILHO, 2005; WELZER-LANG, 2001). Essa fragmentação entre homens e mulheres ajuda a explicar as relações de assimetria entre ambos, que vão desde o espaço doméstico e se estendem a todas as dimensões da vida.

Assim como a masculinidade é percebida como o extremo oposto da feminilidade, a ideia de paternidade também se afasta da maternidade, à exemplo de como os papéis de mulheres-mães e de homens-pais são socialmente delimitados pelas normas de gênero e de como as “atribuições maternas” parecem ser muito mais exigentes, incondicionais e socialmente vigiadas do que as “atribuições paternas”. Neste sentido, as dicotomias aparentemente biológicas têm o potencial de determinar como homens e mulheres atuam enquanto pais e mães, respectivamente.

Instrumentos de consulta reconhecidos, como os dicionários, tendem a legitimar e reproduzir o determinismo biológico que embasa o termo masculinidade em sua forma mais cristalizada, uma vez que sua sexualização “encontra tanto respaldo, que até mesmo os dicionários de língua portuguesa apresentam os termos “virilidade” e “masculinidade” como sinônimos” (BARBOSA, 1998, p. 323). Assim, os corpos e as sexualidades se sustentam em conceitos e normas onde “a linguagem da sexualidade parece ser avassaladoramente masculina” (WEEKS, 2016, p. 41).

Essas definições não surpreendem, pois apesar de serem entregues à sociedade como “neutras”, são tradicionalmente formuladas por figuras heteronormativas, responsáveis por ditar conceitos e normas, em sua maioria, incorporados pela sociedade sem estranhamento ou criticidade. Definições que separam homens e mulheres biologicamente e que reforçam os homens como dominantes, limitam o conceito de masculinidades a algo homogêneo e essencialista, além de desprezar – e, pior, repudiar - vivências e comportamentos plurais.

Até mesmo essas determinações de gênero que demarcam comportamentos “de homens” e “de mulheres” não são estáticas e não podem ser universalizadas. Entender as dicotomias impostas de forma fixa significa reproduzir o binarismo até então legitimado (SCOTT, 1995).

(...) “homem” e “mulher” são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes. Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quanto parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas (SCOTT, 1995, p. 93).

Reduzir tanto o conceito de masculinidades quanto o de feminilidades ao dualismo homem x mulher, remete a uma perspectiva essencialista que percebe a sexualidade e o comportamento dos sujeitos como instintivos e como expressão das necessidades básicas do corpo, abordando fenômenos complexos e multidimensionais através de dogmas e/ou de uma essência interna, como se os comportamentos dos sujeitos resultassem de processos homogêneos e intrínsecos (WEEKS, 2016, p. 43).

Essa perspectiva se configura como uma tentativa de simplificação e de enquadramento dos sujeitos quanto a fenômenos que não precisariam ser questionados ou justificados, não fosse pela vigência de um padrão reconhecido como legítimo e aceitável que ataca, violenta e põe em xeque os estilos de vida que divergem daqueles considerados ideais.

Weeks (2016) questiona esse tipo de naturalização, por sinal muito nocivo a toda a sociedade, e fala sobre o exponencial crescimento de bibliografias com uma abordagem de construcionismo social, que busca romper com a universalidade, problematizando a naturalização e legitimação de algumas práticas e a marginalização de outras, entendendo que a sexualidade e os comportamentos são moldados a depender dos períodos históricos, dos territórios e da cultura.

Os gestos, as performances, as linguagens e os comportamentos atribuídos aos corpos sexuados variam entre sujeitos inseridos em uma mesma cultura e entre os ciclos de vida de cada um, fazendo com que o fenômeno esteja em constante processo de transformação (KIMMEL, 1998; RABELO, 2010). Se as práticas sociais não são estáticas, há que se considerar que as masculinidades e conseqüentemente, as paternidades, também não o são, indicando que

(...) masculinidade não é uma entidade física encarnada no corpo ou nos traços da personalidade dos indivíduos. As masculinidades são configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 250).

Na citação acima, os autores reafirmam que as masculinidades não resultam de uma essência singular dos sujeitos, assim como não se tratam de preferências pessoais, argumento ainda muito utilizado quando os sujeitos não percebem que suas “escolhas pessoais” não são tão escolhas nem tão pessoais assim, uma vez que são estimuladas ou reprimidas cotidianamente. Pensando, ainda, no apontamento dos autores acima, é plausível mencionar que não somente as relações de gênero em um cenário social diferenciam as masculinidades (e as paternidades), pois outros fatores são significativos nas suas configurações, como raça/etnia, classe social, território e geração.

Apesar da diversidade das masculinidades e das paternidades, há que se reconhecer a insistente predominância do modelo hegemônico, que à princípio pode se mascarar como uma fonte de prazer para os homens, mas desencadeia efeitos negativos severos (PINHEIRO; COUTO, 2008):

Marcas do homem machista e forte, que põe o dinheiro em casa, que tem o trabalho como maior referência, em que a família e os trabalhos reprodutivos não são prioritários, que por ser tão forte e voltado para o mundo público (e não o privado), não cuida dos outros e outras, nem de si próprio, adoecendo... (ADRIÃO, 2005, p. 11).

Pode ser que muitos homens não adotem o modelo hegemônico, que inclusive, pode não corresponder à vivência de nenhum homem real, porém, este ainda expressa “a forma mais honrada de ser um homem” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245) e flagela inúmeras possibilidades de existir, uma vez que a necessidade de controlar sentimentos e emoções, por exemplo, é um dos determinantes da associação entre masculinidade e virilidade.

Sentimentos que envolvem ternura e suavidade, por serem considerados femininos, são reprimidos ou até mesmo suprimidos do cotidiano dos homens, impondo-os uma “auto-opressão” (BARBOSA, 1998; PINHEIRO; COUTO, 2008; WELZER-LANG, 2001), o que irá impactar em suas vidas à nível de saúde física e mental e, não por acaso, no seu desempenho enquanto pais, já que os cuidados com uma criança demandam e provocam uma complexidade de sensações com os quais as homens não foram ensinados a lidar desde a sua infância.

Este modelo se perpetua no solo fértil do sexismo e do machismo, já que a construção das identidades masculinas implica na verticalidade das relações entre os próprios homens, assim como das relações entre os homens, as mulheres e as crianças (PINHEIRO; COUTO, 2008; WELZER-LANG, 2001). A forma como as relações se estabelecem entre os homens irá incidir diretamente na construção de suas relações com as mulheres e com as crianças da sua vida. Não há uma regra, mas um homem autoidentificado com o modelo hegemônico, ao ser oprimido no ambiente de trabalho, tende a exercer o seu poder rigorosamente no âmbito doméstico.

Diante disso, é importante destacar que as construções das masculinidades estão intimamente ligadas às paternidades, que têm o potencial de integrar o “papal masculino” e localizar o homem socialmente. Se as masculinidades diversas encontram entraves para emergir, com as paternidades não é diferente. Os padrões cristalizados de masculinidade determinam o “ser pai” enrijecido, onde uma figura não se descola da outra: um homem moldado sob as normas tradicionais tende a reproduzir este modelo no exercício da paternidade.

Quanto a isso, Welzer-Lang (2001) aponta que não são apenas os homens mais jovens a serem influenciados por um modelo pré-estabelecido de masculinidade. É necessário um longo e permanente trabalho de reafirmação do “ser homem” tradicional, a fim de evitar transgressões. Os espaços de socialização frequentados pelos homens se encarregam de fazer essa manutenção, afastando-os de toda e qualquer característica que possa ameaçar a ordem vigente.

Apesar de seu enraizamento, este modelo tem sido abalado, principalmente por conta das novas configurações familiares, que transformam o papel do homem na instituição familiar e nas outras esferas da vida. Fonseca (2004) e Welzer-Lang (2001) falam de uma “crise da masculinidade”, onde as novas paternidades vêm conflitando com a figura do pai ocidental soberano, condutor da esposa e dos filhos, o que demanda desses sujeitos posturas mais ativas e horizontais no âmbito doméstico.

Essas novas paternidades começam a ser representadas por figuras que não necessariamente correspondem à ordem heteronormativa, o que se configura como um grande avanço no caminho para desconstruir discursos biologicistas que vinham e vêm definindo o “ser homem” e o “ser pai”. Neste cenário, emerge o exercício paterno em casais homoafetivos e/ou em homens que se relacionam intimamente com homens, em homens transexuais, em homens que exercem a paternidade via adoção, em homens que assumem isoladamente os cuidados com as crianças e, até mesmo as paternidades inseridas em modelos de famílias heteronormativas começam a dispor de certa pluralidade.

Neste contexto, a participação paterna exclusiva como provedora de recursos materiais e financeiros já não é socialmente aceita, o que em muito se justifica pela crescente diversidade de homens-pais e pela inserção, cada vez mais expressiva, das mulheres nos espaços públicos – antes destinados somente aos homens. Este último elemento contribuiu significativamente para que os cuidados com a casa e com os filhos começassem a ser compartilhados (DANTAS ET AL., 2004; SARAIVA ET AL., 2014).

Mesmo ainda não tendo alcançado a equidade na divisão de tarefas domésticas, a participação masculina nessas atividades, em alguma medida, questiona sua autoridade e amplia a atuação do homem enquanto pai, já que a este não cabe mais somente arcar com as despesas da casa e ouvir as queixas sobre os filhos ao fim de um dia de trabalho. Esse pai intocável em um pedestal, que intervém pontualmente na educação das crianças, de maneira punitivista e corretiva, vem perdendo espaço.

Ao realizar um estudo com casais heterossexuais que se denominavam “casais grávidos”, Salem (2007) percebeu a proposta de articulação entre as maternidades e as paternidades, sem papéis específicos designados para as mulheres-mães e para os homens-pais. Além de conhecimentos práticos e de tarefas instrumentais envolvendo atividades domésticas e cuidados com as crianças, os “casais grávidos” se comprometiam com o processo de envolvimento emocional dos homens e das mulheres durante a gestação, o momento do parto e o pós-parto.

Segundo Salem (2007), essa “nova paternidade” pode ser interpretada como um questionamento às relações hierarquizadas de gênero, já que na experiência dos “casais grávidos”, os homens planejavam entrar em período de férias logo após o nascimento da criança para se dedicar aos seus cuidados mais intensamente. No entanto, é preciso refletir que este projeto não é predominante, principalmente ao analisar o perfil deste grupo, que não corresponde à realidade da classe trabalhadora brasileira. Os “casais grávidos” em questão se identificavam como classe média, com ocupações como professores universitários, psicólogos, músicos, publicitários, atores e alguns estavam cursando pós-graduação.

Ressalta-se que as vivências paternas recebem influências socioeconômicas, geracionais, regionais, étnico-raciais e de gênero, tornando-as heterogêneas, e que a ampliação das experiências de paternidade acaba por se condicionar a estes fatores. Admitir que o modelo hegemônico é prejudicial às vivências mais amplas de paternidades já é um avanço no processo de ressignificação da atuação masculina nos cuidados consigo e com as crianças, permitindo-se assumir posturas mais afetuosas e responsáveis em suas relações.

A adoção de posturas paternas mais ativas adquire o potencial de questionar discursos do senso comum que ainda constroem os homens como algozes das mulheres (ADRIÃO, 2005). Diante disso, é preciso ter cautela para não cair na cilada de demonizar a figura masculina, como se as posturas assumidas pelos homens-pais fossem produto de um caráter individual, e não de um sistema de relações calcado em assimetrias.

Apesar da discussão sobre masculinidades e paternidades se mostrar relevante e fundamental para reflexões e iniciativas no campo de gênero, observa-se que esses fenômenos ainda não são alvos expressivos da literatura científica, principalmente quando comparados aos fenômenos diretamente ligados às mulheres, como as maternidades.

A abordagem do homem enquanto pai ainda é lateralizada pela bibliografia e localizada como acessório em fenômenos que incidem diretamente no público feminino (JAGER; BOTTOLI, 2011), o que se evidencia ainda mais na discussão sobre paternidades ao longo da gravidez, já que grande parte dos estudos se dedica a trabalhar o envolvimento do pai com a criança já nascida (PICCININI ET AL., 2004).

Para além da necessidade de maior exploração da literatura científica sobre o tema, cabe elucidar que o período da gravidez, o nascimento e o acolhimento de um filho podem se configurar como momentos marcantes na vida dos homens, desencadeando inúmeras transformações (JAGER; BOTTOLI, 2011; PICCININI ET AL., 2004). Com isso, torna-se fundamental realizar uma abordagem analítica, crítica e reflexiva das masculinidades e das

paternidades, centralizando a figura do homem, o reconhecendo como protagonista e como sujeito de direitos.

O presente estudo tem como objetivo conhecer as expectativas dos homens, durante a gravidez, quanto as mudanças em suas vidas após o nascimento da criança. Ainda que as mudanças sejam apontadas pensando no pós-nascimento, é importante entender como os homens têm vivenciado a gravidez, já que isso pode impactar nas suas atividades futuras enquanto pais. Afinal, o período da gestação pode ser favorável à novas perspectivas, questionamentos e reorientação de práticas, de modo que provocá-los à reflexão pode contribuir para a adoção de novas posturas.

Diante disso, podemos suscitar algumas inquietações: o que pensam estes homens ao longo da gravidez? Eles se identificam como pais durante este período ou, para eles, a paternidade representa um evento futuro? De que forma suas percepções e expectativas são construídas? O modelo tradicional de paternidade se extinguiu?

Essas são algumas das discussões que este artigo se propõe a adensar, sem a pretensão de apresentar respostas prontas, reconhecendo a complexidade e a magnitude do fenômeno, bem como a dinamicidade das realidades, que se transformam continuamente.

Para isso, será apresentado o percurso metodológico como um panorama de como este trabalho foi construído e o que levou à necessidade de materializar a investigação direta com homens-pais; a caracterização de perfil dos participantes, a fim de localizá-los socialmente para entender sobre quais homens este estudo fala; a apresentação e a discussão dos resultados, colocando em tela discursos dos participantes e problematizando-os e, finalmente, algumas considerações sobre os achados dessa pesquisa e sua relação com o cenário de masculinidades e de paternidades que se tem atualmente.

### **Percurso Metodológico**

O presente estudo, de caráter qualitativo, descritivo e exploratório se originou de uma dissertação de mestrado sobre paternidades. O local escolhido para realizar a coleta de dados foi a Unidade de Produção Pré-Natal do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz), localizado no Rio de Janeiro. A escolha deste campo se justifica por ser uma unidade de saúde pública federal referenciada pelo Ministério da Saúde, somado aos resultados de um estudo desenvolvido anteriormente, que apontou a demanda por uma pesquisa mais aprofundada sobre paternidades.

Minha inserção no IFF/Fiocruz se deu entre os anos de 2015 e 2017, na condição de assistente social pelo Programa de Residência Multiprofissional oferecido pela unidade.



Nesta ocasião, desenvolvi um Trabalho de Conclusão de Residência (TCR) sobre mulheres em idade materna avançada (a partir dos 35 anos, segundo o Ministério da Saúde) que estavam grávidas de bebês com diagnóstico suspeito ou confirmado de malformação fetal<sup>1</sup>.

Nessa pesquisa, eram recorrentes os relatos das gestantes sobre o medo do companheiro rejeitar a criança que estava para nascer. Surpreendentemente, o receio que essas mulheres tinham de que os homens não reconhecessem o filho não se dava pela sua condição de saúde em si, mas pela aparência que a criança poderia ter. Na época, uma das entrevistadas mencionou que ainda que a criança nascesse com um adoecimento crônico, se sua aparência fosse considerada “bonitinha”, talvez o pai não a rejeitasse. Mesmo aquelas gestantes que tinham um relacionamento considerado duradouro e que tinham filhos anteriores com estes mesmos homens, apresentavam um receio muito grande de que o filho atual fosse rejeitado a depender de seu aspecto físico. Essa não foi uma questão prevista no roteiro das entrevistas, era um discurso que fluía repetidamente entre as entrevistadas.

Diante disso, surgiu a proposta de desenvolver um estudo sobre paternidades no âmbito de um programa de mestrado intencionalmente fora da área da saúde, levando em consideração que mesmo o campo de coleta de dados sendo um serviço de saúde, essa é uma discussão interdisciplinar. Alinhada à proposta de ampliar esses estudos para outras áreas e sair do campo do “medo do abandono paterno”, o presente estudo não trabalha com as situações específicas de malformação fetal e/ou condições crônicas de saúde.

Neste estudo, foram incluídos homens com 18 anos ou mais que utilizavam o serviço de pré-natal da referida unidade de saúde. Por questões éticas, foram excluídos aqueles cujos fetos fossem considerados incompatíveis com a vida<sup>2</sup>, reconhecendo os possíveis danos que a pesquisa poderia desencadear. Também foram excluídos homens cujos bebês fossem gêmeos e/ou com diagnóstico suspeito ou confirmado de malformação fetal, pois estes grupos apresentam questões específicas que demandam uma abordagem diferenciada.

Para a realização da pesquisa, foi adotada a aplicação de entrevistas semiestruturadas baseadas em roteiro. Levando em consideração as produções científicas ainda insuficientes

---

<sup>1</sup> Por malformação fetal refere-se os casos em que os fetos apresentam condições específicas de desenvolvimento, podendo se caracterizar por síndromes, tumores e adoecimentos que podem fazer com que o bebê nasça com condições complexas de saúde.

<sup>2</sup> Considera-se fetos incompatíveis com a vida aqueles que, comprovados cientificamente, não irão sobreviver por muito tempo, podendo esses bebês já estarem mortos dentro do útero, morrerem durante o parto ou chegarem a nascer com vida, mas não sobreviverem muitos dias, indo à óbito rapidamente. Em alguns desses casos, o aborto é previsto em lei. Entretanto, muitas famílias – guiadas principalmente por motivações religiosas – optam por dar continuidade à gestação até o final. Como esse estudo trabalha muito intensamente com as expectativas dos homens em relação à paternidade, pensando também no período após o nascimento do bebê, não seria ético entrevistar homens que, comprovadamente, não irão levar seus filhos vivos para casa, entendendo que falar sobre uma realidade que eles não irão vivenciar pode lhes acarretar danos psicológicos.

sobre paternidades durante a gravidez, principalmente aquelas que priorizam os discursos dos homens, compreende-se que as entrevistas são estratégicas para proporcionar visibilidade a essas falas, além de evidenciar as percepções e as visões de mundo desses sujeitos.

Considerando os aspectos éticos de investigação direta com seres humanos nos espaços de saúde, é importante destacar que este estudo está em conformidade com a Resolução nº 446/2011 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e com a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), sendo submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), recebendo o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE): 75566517.0.0000.5269.

A coleta de dados aconteceu entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018, período em que eu já não atuava como residente da unidade de saúde. Eu realizava o mestrado em outro programa de pós-graduação e ia até o campo de coleta de dados para abordar e realizar as entrevistas com os homens. Não era difícil localizá-los na sala de espera do pré-natal: em menor quantidade, quando comparados às gestantes; destacados, geralmente de cabeça baixa, interagindo com o celular.

Inicialmente, eu verificava no prontuário o nome das gestantes que estavam acompanhadas de homens e observava se aquela gravidez estava dentro dos critérios para participação no estudo. Quando a situação da gravidez condizia com a pesquisa, eu ia até o homem que acompanhava a gestante, abordando-o em tom de voz compreensível, mas discreto, me identificava pelo nome, perguntava sua idade e se ele se identificava como pai do bebê – essa última pergunta pode parecer constrangedora, mas foi necessária: em um dos casos, por exemplo, o acompanhante era irmão da gestante, e se identificava como tio do bebê, não tendo uma identidade paterna com a criança, o que o colocava fora do escopo dessa pesquisa.

Apesar da aproximação anterior com o campo, esse momento inicial de abordagem dos homens me deixou apreensiva, o que é produto de modelos de formação ainda não familiarizados com o público masculino. Durante o período da residência, os atendimentos aos homens não eram tão recorrentes, principalmente se tratando de uma unidade voltada mais diretamente para a saúde da mulher, da criança e do adolescente. Geralmente, os atendimentos em que os homens estavam presentes contavam também com a figura da companheira. Enquanto pesquisadora, eu não havia tido até aquele momento a oportunidade de entrevistar homens, sendo essa minha primeira experiência com esses sujeitos.

Já nos primeiros dias de abordagem houve quatro recusas: dois homens afirmaram com convicção que simplesmente não estavam interessados em participar do estudo e dois homens disseram que estavam apressados para o trabalho, mesmo eu informando que o serviço garantia declaração de comparecimento. Após essas recusas, fiz uma reflexão sobre minha abordagem e percebi que minha comunicação estava equivocada, muito focada em explicar que estava desenvolvendo um estudo sobre paternidades para o mestrado, o que não era representativo para a realidade desses homens.

Ao notar que eles não se enxergavam nesse processo e não se sentiam contemplados, centralizei a abordagem nos benefícios que a participação na pesquisa poderia gerar, ressaltando a importância de eles estarem acompanhando a gestação e a necessidade de conhecer suas demandas como uma forma de qualificar a assistência ao homem-pai. Após a mudança de abordagem, não houve um que recusasse e muitos deles demonstravam entusiasmo em participar do estudo.

Ao finalizar a entrevista, um dos participantes perguntou “já acabou?” em tom de surpresa. Outro, falou que era a primeira vez que ele participava de uma pesquisa onde pudesse expressar como se sentia, elogiou meu jeito “calmo” de falar e disse que se sentiu à vontade para expor suas percepções. Minha apreensão inicial foi desconstruída logo na primeira entrevista. Os participantes tinham posturas descontraídas e falavam muito abertamente sobre os assuntos, alguns mais sucintos e outros mais prolixos – porém, até mesmo as entrevistas mais breves foram carregadas de significados. No geral, as entrevistas tiveram duração entre 20 e 40 minutos, no máximo.

É preciso reconhecer que essa insegurança inicial em abordar o público masculino reflete um certo despreparo de pesquisadores e profissionais da área da saúde. Entretanto, essa mudança estratégica de abordagem e a consequente adesão dos homens indica que, quando os pesquisadores e profissionais se propõem a estabelecer um diálogo acessível, horizontal e que contemple a realidade dos homens, eles se mostram disponíveis e interessados em participar. Neste sentido, é preciso desconstruir o mito de que os homens são desinteressados, pois quando abordados de forma dialógica, eles tendem a responder positivamente.

Foi explicitado a todos os homens que se tratava de uma participação voluntária, não havendo qualquer obrigatoriedade em participar e que o não aceite não implicaria de forma alguma na qualidade dos serviços prestados pela unidade de saúde. Também foi informado que, mesmo após concederem entrevista, sua participação poderia ser retirada a qualquer momento, se assim desejassem. Isso não aconteceu em nenhum dos casos. Além disso, foi

mencionado que, caso a gestante e o entrevistado fossem chamados para a consulta durante a entrevista, esta seria imediatamente interrompida para que a participação do homem na consulta não fosse prejudicada.

Conforme apontado anteriormente, o serviço de saúde garantiu aos entrevistados declaração de comparecimento a ser entregue no trabalho, caso estes julgassem necessário. Este documento foi oferecido a todos os participantes. Todos os homens convidados a participar da pesquisa foram informados sobre seus direitos e sobre os objetivos da pesquisa e, ao concordarem em participar, foram apresentados ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), ao qual assinaram e ficaram em posse de uma via.

Foram realizadas dez entrevistas, quantidade determinada pela técnica de saturação, em que os discursos expressos nas entrevistas se repetem e a coleta deixa de produzir novos dados (BAUER; AARTS, 2008). As entrevistas foram aplicadas em sala individual e fechada, com garantia de sigilo, e todos os participantes consentiram, antes de iniciar a entrevista, que esta fosse digitalmente gravada para fins de pesquisa. Por deliberação da pesquisa, os participantes são referenciados por nomes fictícios, visando garantir o sigilo e a confidencialidade das informações prestadas.

Após a fase de aplicação das entrevistas, estas foram transcritas por mim, constituindo o corpus da pesquisa (BAUER; AARTS, 2008), que foi submetido à análise temática de conteúdo em três fases: pré-análise através de leitura flutuante, contextualizando as falas e localizando as categorias de análise; exploração e ordenamento dos dados, evidenciando seus aspectos mais relevantes e análise do material para além do que foi verbalmente exposto pelos entrevistados (BARDIN, 1977).

Posteriormente, o material foi sistematizado, analisado e articulado à literatura científica interdisciplinar que aborda o fenômeno estudado, reconhecendo que as paternidades não se restringem a uma área específica. Este estudo trabalha diretamente com as expectativas dos homens-pais<sup>3</sup>, no período da gravidez, quanto às mudanças em suas vidas após o nascimento da criança e estes achados integram uma das categorias de análise presentes na dissertação que deu origem a esse artigo.

### Quem são estes homens?

---

<sup>3</sup> Este estudo se refere aos participantes como “homens-pais”, já que muitos deles já identificavam a experiência da paternidade ao longo da gravidez. Também procura-se não utilizar o termo “pais” isoladamente, entendendo que a identidade masculina não se resume à paternidade, assim como o termo também pode ser confundido com o conjunto pai e mãe.

Para traçar uma caracterização de perfil dos participantes, cabe destacar que se trata de um grupo de renda baixa, inserido em trabalhos manuais e de serviços, com escolaridade média e idade concentrada entre 20 e 30 anos. Apesar da concentração de faixa etária, o mais jovem tinha 19 anos e o de mais idade tinha 42 anos, indicando dois momentos da vida bem espaçados, o que se refletia em suas divergentes percepções e em suas expectativas quanto à paternidade.

Charles, o entrevistado de 19 anos, ainda estava se habituando à ideia de se tornar pai: em um determinado momento da entrevista, ele disse que se sentia “cuidando de uma barriga” e que também sentia falta do clima de namoro entre ele e a gestante, pois em vez de irem ao cinema, frequentavam ao pré-natal. A gravidez de Charles e sua namorada foi resultante de falha no método contraceptivo injetável, indicando uma gestação que não estava sendo esperada. No momento da entrevista, ele cursava o ensino médio e era um dos entrevistados que se identificava como branco e sem religião.

Augusto, com 42 anos, apresentava uma experiência bem diferente da de Charles: ele incorporava a paternidade em cada fala, sorridente, falava de forma emocionada. Segundo ele, tratava-se de uma gestação muito desejada e planejada. Ele se identificava como pardo e evangélico e os seus relatos eram permeados por discursos religiosos, se referindo ao bebê como uma “bênção”, um presente divino, agradecendo a entidade religiosa “deus” em muitos momentos.

A ocupação dos entrevistados expressa a realidade da classe trabalhadora e é um expressivo indicador de gênero, já que a maioria executa atividades braçais, associadas à força, virilidade e/ou detentores de certa “autoridade” (marceneiro, militar e segurança), operando máquinas e realizando atendimentos (motorista, técnico de instalações, técnico de comunicações e operador de voz) e um dos entrevistados se inseria na área de Tecnologia da Informação (T.I), ligada diretamente ao campo tecnológico.

Chama a atenção, ainda, que dois dos entrevistados exerciam mais de uma atividade remunerada, sendo uma delas motorista por aplicativo, como forma de complementar a renda. Além desses dois entrevistados, um outro trabalhava exclusivamente nessa modalidade, indicando que, apesar de exercer atividade remunerada, essa se caracterizava pela informalidade e pela ausência da garantia de direitos trabalhistas.

Ainda sobre a ocupação dos entrevistados, cabe problematizar que dois deles trabalhavam na própria unidade de saúde onde as entrevistas foram feitas: Augusto, de 42 anos, atuava como segurança do IFF/Fiocruz e Noel, de 36 anos, trabalhava no setor de T.I da instituição. Ambos autodeclarados pardos, adeptos do cristianismo e com a mesma

escolaridade, ensino médio concluído. Entretanto, havia uma diferença latente entre eles: a remuneração.

Noel apresentava uma renda individual equivalente a quase o triplo da remuneração de Augusto, indicando que apesar de algumas similaridades, a discrepância entre as rendas desses participantes impacta diretamente nas suas condições objetivas de vida. Embora tivessem o mesmo nível de escolaridade, o trabalho mais intelectualizado de Noel (T.I) parece ser financeiramente mais valorizado que o trabalho “braçal” de Augusto (segurança).

Dois entrevistados estavam desempregados no momento da entrevista, porém, um deles estava bem otimista, em processo de contratação. Entre os entrevistados que exerciam atividades remuneradas naquele momento, observa-se que nenhum tinha uma atuação na ordem do cuidado, das ciências humanas e sociais e/ou da educação, tampouco atividades envolvendo crianças. As ocupações apontadas, em sua maioria, tinham uma característica braçal ou ligada a plataformas digitais.

Sobre a escolaridade dos participantes, pode-se afirmar que todos eles eram alfabetizados e haviam concluído o ensino fundamental. A maioria concluiu o ensino médio e dois deles haviam acessado a graduação: um estava, no momento da entrevista, cursando publicidade; e outro havia interrompido a graduação em redes de computadores.

A pergunta sobre a cor dos entrevistados foi feita de forma ampla, de modo que três se identificaram como brancos, três se declararam pardos, dois se identificaram como “morenos”, um se identificava como amarelo e um se declarava negro. O fato é que apesar de somente um entrevistado se identificar como negro, este estudo conta com uma maioria não branca, indicando que, se os entrevistados – inclusive os autodeclarados “morenos” – não se identificavam como negros ou pretos, eles também não se percebiam como brancos.

A questão racial não se mostrou um determinante para diferenciação de renda e escolaridade entre os homens desse estudo. O entrevistado com renda individual mais elevada se declarava pardo e o participante com renda individual mais baixa, com exceção dos desempregados, se identificava como branco. Entretanto, cabe pontuar que os dois entrevistados que estavam desempregados no momento da entrevista se identificavam como pardo e “moreno” e que, os únicos que acessaram a graduação se declararam como branco e amarelo. Neste sentido, nenhum homem que se declarou como negro, pardo ou “moreno” nesse estudo, havia acessado o ensino superior, assim como nenhum homem que se identificava como branco estava desempregado.

A abordagem sobre a religião também foi feita de forma livre, de modo que dois entrevistados se identificaram como cristãos e um se declarou espírita, sem necessariamente

especificar de qual segmento do cristianismo e do espiritismo, respectivamente, fazem parte. Um dos entrevistados afirmou ser umbandista e dois afirmaram não ter religião. Um afirmou ser católico e os outros três, evangélicos. Neste sentido, pode-se afirmar que a maioria dos participantes desse estudo se declarava adepta de segmentos religiosos cristãos, destacando-se os evangélicos.

Também é válido pontuar que a identidade racial, neste estudo, não apresentou uma relação direta com as crenças religiosas dos entrevistados: os dois que se declararam como umbandista e espírita, se identificavam como brancos e todos aqueles que se declararam como negro, pardos e “morenos” eram adeptos do cristianismo.

Todos os participantes deste estudo estavam, no momento da entrevista, em uma relação afetiva heterossexual com a gestante. Oito deles, coabitavam com as respectivas gestantes. Dois, apesar de não morarem com as gestantes, estavam em um relacionamento afetivo com elas: Olavo, ao descobrir que a parceira estava grávida, deu início à construção de uma casa para irem morar juntos; Charles, o entrevistado mais jovem, também não coabitava com a gestante no momento da entrevista. Segundo ele, o casal estava em processo de término de namoro e, ao receber a notícia da gravidez, estavam retomando a relação. Ambos residiam com suas respectivas famílias de origem.

Tanto a situação de Olavo quanto a de Charles são importantes de se pensar, pois parecem indicar como a relação entre o homem-pai e a mulher-mãe “deve ser”: ao descobrir a gravidez, Olavo e a parceira decidem morar juntos e Charles e sua namorada optam por retomar uma relação que inicialmente estava se desfazendo. No caso de Olavo, o nascimento de uma criança parece atribuir ao casal um novo status de “casados”, enquanto que na situação de Charles, percebe-se uma certa responsabilidade em defesa da “honra masculina”, já que encerrar um relacionamento no início de uma gravidez poderia ser socialmente interpretado como “abandono”.

Alguns desses homens estavam vivendo a experiência da paternidade pela primeira vez, outros tinham filhos biológicos anteriores ou tinham relações com outras crianças em suas vidas que consideravam como relações de paternidade. À título de ilustração, seis entrevistados estavam vivendo a experiência da paternidade pela primeira vez. Um dos entrevistados (Mário) tem uma filha biológica de um relacionamento anterior com a qual ele convive aos fins de semana.

Outro entrevistado (Oswaldo) tem um filho biológico anterior, mas sua vinculação com a criança havia começado, segundo ele, “há pouco tempo”, pois ele e a mãe da criança tinham uma relação conflituosa e ele precisava ir até a casa dela para ter contato com a

criança. Diante disso, ele convive com o filho biológico aos fins de semana e com os três enteados no dia a dia.

Carlos é um dos entrevistados que também convivía com um enteado em casa, mas sua relação com o menino não necessariamente parecia ser de paternidade. Ao ser perguntado sobre o convívio dele com a criança, ele se limitou a dizer que era “sem estresse”. Por outro lado, quando perguntado sobre quantos filhos tinha, ele disse que tinha um filho biológico. Quando perguntei como era a relação dele com esse filho, visivelmente cabisbaixo, ele disse que o menino havia falecido. Tratava-se de um bebê que nasceu prematuro na mesma unidade de saúde e foi à óbito dias depois, em que segundo as palavras do próprio entrevistado, ele não chegou a “levar para casa”.

Em alguns momentos da entrevista ele mencionava que não se sentia preparado para passar pela experiência da gestação novamente, colocava a saúde do bebê e da gestante no topo de suas preocupações, apontava que a família estava oferecendo grande suporte a ele e a companheira para viver essa fase de maneira mais tranquila, pois segundo ele, a gravidez anterior foi conturbada. Chamou bastante a atenção nos relatos de Carlos a intensa vinculação ao filho falecido, que apesar do curto período de vida, provocou no entrevistado a experiência da paternidade, já que ele reconhecia essa experiência como paterna e durante toda a entrevista fazia comparativos da gestação anterior com a atual.

Finalmente, um dos entrevistados (Jorge) também passava por sua primeira experiência de paternidade biológica, mas demonstrava forte vínculo com sua enteada, se referindo a ela como filha em alguns momentos da entrevista. De acordo com seus relatos, ele e a menina poderiam ter uma relação ainda mais afetiva se não fosse pelo pai biológico, que assume posturas ciumentas, segundo ele. Em alguns momentos da entrevista, ele afirmava que o pai biológico não acompanha a rotina da filha, desmarca passeios, “dá um presentinho uma vez na vida e outra na morte”, segundo sua própria fala e que, segundo ele “quem cuida sou eu, quem busca sou eu, quem faz sou eu”.

Para além de todos os elementos apresentados, é possível perceber que enquanto alguns entrevistados reconhecem a relação com os enteados como paterna, outros não assumem essa identidade, expressando a complexidade dessas relações e a heterogeneidade dessas experiências. Contudo, duas semelhanças atravessam as trajetórias de todos os participantes desse estudo que tinham filhos biológicos anteriores e/ou enteados: 1) todos os filhos biológicos desses homens residiam com as mães, assim como 2) todos os enteados desses homens residiam também com as mães biológicas.



Se tratando de homens-pais e mulheres-mães heterossexuais separados, Pleck (1997) apud Dantas et al. (2004) aponta que, geralmente, os fins de semana são mais comuns para os homens-pais estarem com seus filhos. Nesse âmbito, as atividades paternas costumam ser limitadas, pois o homem tende a aproveitar o tempo com os filhos para lazer e entretenimento, em detrimento de práticas envolvendo educação, trabalhos escolares e tarefas diárias, que continuam a ser conduzidas pelas mulheres-mães.

Os achados desta pesquisa estão em consonância com o estudo apresentado acima, já que é possível observar que as crianças continuam a ser cuidadas, majoritariamente, por suas mães biológicas e, nos casos de separação conjugal ou de não formação dessa relação entre mulher-mãe e homem-pai, as crianças vivem com suas mães e mantêm contato presencial com os pais aos fins de semana. Por outro lado, os enteados têm uma convivência diária com seus padrastos, já que moram, também, com suas mães.

A ligação entre situação conjugal e exercício da paternidade é bem frisado nesse estudo, à exemplo dos casos de Olavo e Charles, que alteram ou mantêm o seu status de relacionamento motivados pelo nascimento da criança. Até mesmo numa situação de gravidez inesperada, como é o caso de Charles, ele se mantém junto à gestante e frequenta ao pré-natal, pois eles já tinham uma vinculação anterior. Não se sabe como seria a participação desses homens no pré-natal, caso eles não tivessem um relacionamento afetivo com as gestantes, pois isso não foi perguntado a eles. Entretanto, é preciso elucidar o seguinte: todos os homens-pais que frequentavam aquele serviço no período de coleta de dados e que aceitaram participar dessa pesquisa, tinham um vínculo afetivo com a mãe da criança que estava para nascer – e isso pode determinar suas experiências.

### **Paternidade e mudanças na vida dos homens**

Diante da complexidade encontrada nos discursos de homens aparentemente homogêneos, é possível reafirmar que a paternidade se constitui como um fenômeno multifacetado, como Kimmel (1998) e Rabelo (2010) já vinham apontando. Até mesmo a predominância de um modelo heteronormativo entre esses homens apresenta certa pluralidade.

Entendendo que o período gestacional pode gerar uma série de expectativas para os homens-pais, lhes foi perguntando se eles achavam que algo mudaria em suas vidas e, em caso de respostas afirmativas, o que eles achavam que poderia mudar.

Dos dez entrevistados, somente um (Mário) afirmava que sua vida não passaria por grandes mudanças. Nove reconheceram que suas vidas passariam por transformações a

partir da atual experiência de paternidade, até mesmo aqueles que tinham filhos biológicos e/ou vivências de paternidade anteriores. Alguns, inclusive, percebiam que suas vidas já mudavam antes mesmo do nascimento da criança, como é o caso dos fragmentos a seguir:

Ah, já mudou... Já mudou antes. Eu já tenho preocupação com ela [mãe do bebê] agora, de hoje, de como tá a saúde dela... E com o bebê, então, são duas ligações agora, é dobrado (Luiz, 35).

Vai mudar bastante coisa... Quer dizer, já tá mudando minha vida depois que a gente casa, né?! Não é igual quando a gente tá na casa de pai e mãe, tem tempo... Mas como eu sempre fui caseiro, então acho que não vai mudar muita coisa pra mim. Eu sempre gostei de ficar muito em casa, então isso vai me ajudar até pra criação... (Carlos, 28).

Os relatos acima, além de terem em comum o reconhecimento de que a vida já passa por mudanças ao longo da gravidez, também fazem referência à figura da esposa/casamento. Nenhum dos entrevistados acima discorre sobre as transformações advindas especificamente da paternidade sem fazer alusão ao vínculo afetivo com a gestante.

Em sua fala, Luiz explicita sua preocupação de saúde com a gestante e o bebê, elemento que se fez presente em diversos trechos de sua entrevista. Já na fala de Carlos, as mudanças são atribuídas a uma rotina de casamento já existente, fazendo uma associação da vivência da paternidade com o fato de estar presente no espaço doméstico. O relacionamento estabelecido com a mulher-mãe assume centralidade e a vivência paterna é mencionada de forma lateral, indicando que, em alguns casos, a experiência dos homens como pais é condicionada a uma vinculação afetiva com a mãe da criança.

Sobre isso, a literatura afirma que o homem heteronormativo desenvolve uma ideia inicial de formação de família - geralmente aos moldes dos padrões societários - para depois ter filhos e assumir o papel de chefe de família, sendo raros os casos em que os homens acolhem a paternidade de forma prazerosa sem que a mãe da criança seja identificada como sua companheira (FONSECA, 2004).

Essas reflexões em muito se relacionam com a situação vivenciada por Oswaldo, que relatou não conseguir estabelecer um vínculo inicial com o filho anterior, pois a relação que ele tinha com a mãe dessa criança não era cordial e ele precisava se deslocar até a casa dela para acessar o menino. Também pode-se pensar na situação de Mário, que estabelecia um contato com sua filha aos fins de semana e que somente na gestação atual considerava que sua experiência paterna seria “de verdade” (palavras dele), pois como ele não tinha vínculo afetivo com a mãe da filha anterior, ele não participava da rotina da filha quando era bebê.

Entretanto, surpreende que mesmo reconhecendo que a experiência de paternidade atual poderia ser muito diferente da anterior, Mário achasse, ainda assim, que sua vida não passaria por grandes transformações. Em contrapartida, Oswaldo, que também destaca o não envolvimento nos cuidados com o filho na sua fase inicial de vida por conta de uma relação difícil com a mãe da criança, afirma que sua vida irá mudar significativamente:

Acho que muda praticamente tudo, que no caso, o primeiro [filho] não tava sempre comigo, esse vai estar sempre do meu lado. Aí muda rotina, a gente fica aí de um lado pro outro... diferente (Oswaldo, 29).

Assim como na experiência de Mário, a fala de Oswaldo reafirma a condicionalidade do envolvimento paterno ao vínculo entre homem-pai e mulher-mãe. É notável que as relações de paternidade e, portanto, as experiências desses homens enquanto pais, em muito se relaciona com o vínculo existente entre eles e as mães das crianças. Grande parte da literatura consultada, inclusive, reforça a responsabilização das mulheres-mães como mediadoras e agenciadoras da relação pai-filho, valorizando sua atuação na promoção desse vínculo.

Se nos casos de Mário e Oswaldo a relação com os filhos anteriores ficou comprometida, segundo eles, pela ausência de um vínculo afetivo com as mães das crianças, pode-se dizer que a gravidez é capaz de reconfigurar as relações entre os casais. Cabe lembrar que no caso de Charles e Olavo, mencionados no tópico anterior, ambos escolheram estabelecer e/ou manter um vínculo afetivo com as gestantes, já que uma criança estava para nascer: Charles e a namorada optaram por “dar uma nova chance” a uma relação que se desconstruía antes do descobrimento da gravidez, enquanto que Olavo e sua parceira tomaram a decisão de morar juntos ao receberem a notícia da gestação.

Essas decisões em muito se associam à concepção de família segundo o modelo nuclear, constituída por mulher-mãe, homem-pai e filhos. Reforçando essas percepções, em alguns momentos das entrevistas, alguns participantes que relatavam ser filhos de “pais separados” afirmavam que essa não lhes foi uma experiência positiva. Outros chamavam a atenção para os prejuízos da “ausência paterna” e, outros ainda salientavam que a figura do padrasto não substitui o pai biológico.

Eles desconsideravam outros modelos de famílias, estigmatizando-as como “prejudiciais” às crianças, quando, na realidade, a problemática desses homens não era que seus pais e suas mães fossem separados, mas que, por conta da separação, seus pais (homens) tivessem participações limitadas em suas vidas. Esta era a reflexão que eles não faziam.

Não surpreende que esses homens adotem posturas ainda muito enrijecidas quanto às configurações familiares, supervalorizando um modelo pré-estabelecido e, mais que isso, reconhecendo este modelo como o único legítimo. Apesar das novas configurações familiares e da diversidade emergir cada vez mais, suas concepções se associam a discursos de idealização que ainda são muito latentes.

Connell e Messerschmidt (2013) já apontavam que mesmo a masculinidade hegemônica não correspondendo à realidade de nenhum homem real, ela continua a ser vista como um referencial. O mesmo acontece com os modelos de famílias: ainda que estes homens estejam inseridos em contextos de diferenciados rearranjos familiares, a idealização de família tradicional é tão arraigada, que continua a lhes ser atraente.

Ao falar sobre configurações familiares, vale a pena observar o relato do entrevistado a seguir, que articula as mudanças em sua vida à rotina e dedicação de atenção ao filho que irá nascer, acrescida da atenção já dedicada à enteada, com a qual ele identifica uma relação de paternidade:

Ah... É mais uma vida, né?! (risos). Mas automaticamente... Mudar... Rotina... Rotina muda, né?! Porque a gente tem que dar atenção, além de dar atenção, a gente hoje em dia tem uma [enteada], então automaticamente tem que saber também dosar a atenção. E é aquilo, o que muda é... É basicamente a gente dar, dividir a atenção com mais um [filho], entendeu?! Que é aquilo, tá vindo pra somar e a gente tem que também assisti-lo, né?! (Jorge, 28).

Apesar de Jorge mencionar as mudanças na rotina, essas não são especificadas, o que também aconteceu com os entrevistados anteriores, que não apontaram elementos objetivos de mudanças em suas vidas, apresentando respostas vagas como “já mudou”, “vai mudar bastante...” ou “muda praticamente tudo”, sem detalhar que mudanças são/foram essas. Esses dados se coadunam com uma pesquisa desenvolvida por Krob et al. (2009), que não identificavam nos discursos dos homens, adaptações de horários, aumento de tarefas e afastamento de atividades pessoais para dedicar mais tempo à criança.

No caso de Jorge, ele chega a mencionar que a atenção dispensada à enteada passará a ser compartilhada com o filho mais novo, mas não descreve que forma de atenção é essa. Todavia, é interessante perceber o manejo do participante em compartilhar a atenção entre as crianças sem marginalizar a enteada.

Assim como alguns outros participantes desse estudo, Jorge integra uma “família recomposta” (Saraiva et al., 2014), onde o padrasto pode incorporar a paternidade, mesmo sabendo da inexistência de uma fundamentação biológica, como também pode construir

uma vinculação familiar com a criança sem necessariamente substituir a figura paterna, uma vez que o pai biológico pode participar ativamente da vida da criança, fazendo com que coexistam relações com e sem vínculos sanguíneos (FONSECA, 2004; SARAIVA ET AL., 2014).

Este último não era o caso de Jorge, que em outros momentos da entrevista, salientou que o pai biológico de sua enteada tinha uma atuação que ele considerava nula na vida da menina e que ele desempenhava o papel de pai, mostrando mais uma vez o quanto as experiências paternas são limitadas quando há separação conjugal, principalmente quando surge uma “outra figura paterna” na nova dinâmica familiar.

Saraiva et al., (2014) destacam que apesar da possibilidade de coexistência de vínculos da criança com o pai biológico e com o padrasto, geralmente, ao estabelecer uma relação conjugal com uma mulher que tem filhos de relacionamentos anteriores, o homem acaba por assumir, literalmente, o papel de pai da criança, o que se materializa nas falas de Jorge, ao se referir a enteada como filha, assumir os seus cuidados e despesas e demonstrar afeto pela menina.

Entretanto, ressalta-se neste artigo a necessidade de maiores estudos sobre o papel dos padrastos nos cuidados com as crianças, pois ao fazer um levantamento bibliográfico para adensar essa discussão, as produções científicas sobre este assunto, em sua maioria, ainda focam suas abordagens em abusos sexuais, localizando a figura masculina como nociva e perigosa, o que não é uma novidade.

Para além das mudanças já pontuadas pelos participantes desse estudo, inclusive aquelas mais abstratas, vale a pena analisar o relato a seguir, onde o entrevistado mais jovem fala sobre as mudanças em sua vida pensando na reorganização do tempo e nos fatores socioeconômicos:

Tempo, que eu não vou ter mais, de certa forma... Porque, sei lá, “ah, quero viajar”, você já tem que pensar na criança e etc, e o dinheiro. O principal eu diria que é o dinheiro... O tempo não é muito de se perder, mas o dinheiro... Trabalhar pra conseguir dar, né?! É complicado... Ainda mais que a gente não quer deixar faltar nada, então... Fora isso... (Charles, 19).

Apesar da pouca idade, Charles já traz consigo o peso da responsabilidade do provimento de recursos financeiros e materiais à criança, salientando o modelo hegemônico de masculinidade que tem o trabalho e o sustento da casa como maiores prioridades (ADRIÃO, 2005) e, como o próprio entrevistado evidencia “o tempo não é muito de se

perder”, indicando que a paternidade parece provocar poucos impactos no tempo do homem-pai, mas grandes transformações em suas finanças.

É preciso ter cautela para não culpabilizar a figura do pai que coloca a vida financeira no topo de suas preocupações. Ser pai sem precisar se preocupar com a reprodução social dos filhos é um privilégio do qual poucos usufruem. Lembremos dos “casais grávidos” de Salem (2007), que apresentam um projeto de paternidade ampla, de dedicação de tempo aos filhos, de compartilhamento de tarefas domésticas e... Classe média. Não é impossível participar ativamente da vida dos filhos e compartilhar das tarefas de casa, mas de acordo com as condições objetivas de vida, essas atividades podem ser facilitadas ou dificultadas.

Desconsiderando os dois participantes que estavam desempregados, Charles era o com renda individual mais baixa, menor que um salário-mínimo à época das entrevistas. Somado a isso, a gestante também não exercia trabalho remunerado. As preocupações financeiras de Charles não são infundadas, já que suas condições objetivas não parecem favoráveis ao exercício de uma paternidade que ainda é socialmente valorizada e legitimada, a tradicional, aquela em que o homem não pode “deixar faltar nada” para os filhos – o ponto central é que esse “faltar nada” acaba por deixar faltar muito, já que está associado aos bens materiais, desconsiderando outras formas de cuidado paterno.

Mesmo tendo a renda individual mais baixa dos entrevistados, Charles era o que tinha a renda familiar mais elevada – ele morava com a mãe. Entretanto, não se sabe até que ponto uma renda familiar considerada alta poderia gerar alívio no participante, já que em alguns momentos da entrevista ele pontuava que a família achava que aquele não era o “momento certo” para ele se tornar pai, por ser jovem, estar em fase de conclusão do ensino médio e dispor de uma remuneração considerada baixa. O posicionamento da família de Charles é mais uma das expressões de valorização do modelo tradicional de masculinidade e paternidade e de uma dinâmica tecnocrática que dita “momentos certos” para cada ciclo de vida, como se a paternidade de Charles aos 19 anos fosse um erro.

A literatura aponta que mesmo com a inserção mais intensa do homem nos cuidados com as crianças, observa-se que o suporte financeiro e a preocupação com o futuro dos filhos e da família ainda constituem suas principais prioridades (KROB ET AL., 2009; JAGER; BOTTOLI, 2011; PICCININI ET AL., 2004), o que se materializa no discurso de Charles e de Luiz, este último que mencionava preocupações com o filho e com a gestante.

Embora os avanços sejam significativos, ainda não é possível afirmar que o homem-pai aos moldes tradicionais tenha deixado de existir - pelo menos não por enquanto – até porque as transformações societárias não acontecem a curto prazo. Welzer-Lang (2001) já

nos adianta que mesmo com o surgimento de masculinidades (e paternidades) mais flexíveis, seu caráter dominador prevalece, ainda que sutilmente e não intencional.

Além das mudanças já mencionadas pelos entrevistados, outros elementos se fazem presentes nas expectativas desses homens, como novas perspectivas e visões de mundo, ressignificando concepções pensando em um maior cuidado consigo e com a família:

(...) eu não tinha preocupação nenhuma com a minha vida, entendeu?! Tipo, vivia a vida por viver. Hoje em dia, como eu vou ter um filho, então eu tenho que ter um cuidado comigo, com o meu filho e com a [mãe do bebê] (Olavo, 28).

Acho que vai mudar a minha motivação de viver, vai me dar mais responsabilidade, consciência, maturidade... Vai mudar a forma como eu vejo tudo, como eu vejo a vida (Noel, 36).

Os fragmentos acima indicam que os homens estão dispostos a rever posturas e comportamentos para os quais eles não costumavam atentar antes de se tornarem pais. A literatura científica aponta que a sociabilidade masculina impõe estilos de vida considerados prejudiciais, envolvendo-os em episódios de violências que os tornam, ao mesmo tempo, agentes e alvos de violência (BRASIL, 2009; PINHEIRO; COUTO, 2008).

Não por acaso, essas vivências masculinas que os vulnerabiliza encontra campo privilegiado nos espaços de sociabilidade apontados por Welzer-Lang (2001), à exemplo das brigas de bar, de trânsito e de estádios de futebol que, em sua expressão mais violenta, podem resultar em morte. Nenhum dos entrevistados dessa pesquisa mencionou histórico de envolvimento direto em episódios de violência, mas não precisa: os espaços frequentados pelos homens já têm o potencial de serem violentos pela sua configuração, ao hostilizarem, descredibilizarem e exterminarem experiências que não correspondam ao padrão de masculinidade.

É importante reconhecer a disponibilidade, principalmente em Olavo e Noel, em rever condutas e aderir ao autocuidado, que se configuram como indicativos de que a paternidade pode funcionar como um fator de proteção para esses homens. Em outras palavras, eles começam a se preocupar consigo porque agora existe alguém que depende deles – o que é uma grande responsabilidade que não necessariamente tem a ver com dinheiro. Nota-se que, ao contrário do discurso hegemônico, onde o homem-pai não pode deixar faltar as coisas dentro de casa, nos relatos de Olavo e Noel, o que não pode faltar dentro de casa são eles mesmos. Este é um ponto nevrálgico, pois estremece as bases de um modelo de paternidade secularmente consolidado.

O fato de esses homens frequentarem ao pré-natal, aceitarem participar das entrevistas e concederem relatos tão cheios de significados, são indicativos de que, quando abordados com horizontalidade, eles não mostram resistência em falar abertamente sobre suas preocupações, suas demandas e suas expectativas. Seu silenciamento não se dá por uma introspecção individual, mas sobretudo, por uma cultura machista que reprime suas mais singelas expressões de sentimentos e necessidades. Neste cenário, faltam espaços (principalmente na saúde) onde os homens-pais possam ser ouvidos, o que se refletiu nos retornos positivos que alguns davam após as entrevistas, mesmo isso não sendo solicitado a eles.

Como o modelo de masculinidade hegemônico ainda permeia as trajetórias paternas, algumas mais intensamente e outras nem tanto, pode-se afirmar que a associação masculina ao cuidado ainda gera o receio de uma desvinculação entre o homem cuidador e a imagem de virilidade, o que se caracteriza como um grande desafio na aproximação dos homens com as atividades de cuidado consigo e com os filhos (BRASIL, 2009; PINHEIRO; COUTO, 2008).

Entretanto, é necessário problematizar que fala-se muito da “ausência” masculina nos espaços de saúde, mas pouco se fala das lacunas nas formações acadêmicas de profissionais e pesquisadores da saúde, ainda guiados por modelos biologicistas que desconsideram os determinantes sociais da saúde na vida dos sujeitos. As temáticas de gênero ainda não são amplamente contempladas nos currículos de graduação, ficando lateralizadas no formato de disciplinas eletivas e/ou optativas. Em muitos casos, os futuros profissionais terão contato com as temáticas de gênero somente através da (ainda) privilegiada Iniciação Científica ou em cursos de pós-graduação, a depender da própria escolha.

Os serviços de pré-natal, mais especificamente, tendem a direcionar seus cuidados para o binômio mãe-bebê (PINHEIRO; COUTO, 2008), enxergando a figura paterna – literalmente - como alguém que carrega a bolsa da gestante. Posturas que marginalizam o homem-pai se constituem como violação de direitos dos homens, das crianças e das mulheres: os homens têm seus direitos violados, pois perdem grandes chances de reflexão e reorientação de práticas, bem como tem sua vinculação com a criança dificultada; os direitos das crianças são violados, pois com chances reduzidas de construção de vínculo com o pai ficam mais expostas à abandono, negligência e violência; e as mulheres têm seus direitos violados, uma vez que são reduzidas as chances de poder contar com parceiros que dividem as tarefas domésticas e participam dos cuidados com as crianças, contribuindo para sua sobrecarga.



Apesar de todos os desafios, é válido ponderar que as políticas públicas têm avançado e olhado mais para os homens. Levando em consideração a heterogeneidade das masculinidades e buscando qualificar a atenção à saúde da população masculina, foi instituída pela Portaria nº 1944 a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem - PNAISH (BRASIL, 2009), que tem a paternidade e cuidado como um de seus eixos estruturantes e se configura como uma parceria entre gestores do Sistema Único de Saúde (SUS), comunidades científicas, sociedade civil organizada, pesquisadores, acadêmicos e agências de cooperação internacional.

A PNAISH (BRASIL, 2009) chama a atenção para a necessidade de sensibilizar os homens quanto aos seus direitos e deveres no planejamento reprodutivo, entendendo que a paternidade não se resume a uma obrigação legal, se caracterizando como um direito do homem de participar decidindo ter filhos ou não, como e quando tê-los e acompanhando a gestação, o parto, o pós-parto e a socialização da criança.

Sabe-se que os espaços de saúde são tradicionalmente hierárquicos e se sustentam em relações de verticalidade entre os próprios profissionais e entre os profissionais e os usuários dos serviços, o que se relaciona intimamente às formações ainda muito focadas na biologia em detrimento de outros aspectos.

Diante disso, é preciso rever a organização das instituições e das próprias equipes, para construir relações horizontais e dialógicas, através de uma linguagem acessível a toda a população, principalmente os homens, que não estão acostumados a adentrar estes espaços e a exercer a autonomia sobre o próprio corpo e o autocuidado. É fundamental, ainda, que as iniciativas junto ao público masculino contemplem abordagens de gênero, raça/etnia, territórios, direitos sociais, violências, entre outras discussões que incidem diretamente nas experiências dos homens enquanto pais.

### **Considerações finais**

Assim como as masculinidades vêm emergindo em suas mais diversas facetas, as paternidades em sua pluralidade têm sido mais expressivas, fatores que decorrem das constantes transformações societárias e que reafirmam a transitoriedade dos fenômenos ao longo de períodos históricos, gerações, territórios, identidades étnico-raciais e de gênero. Isso não faz com que o modelo hegemônico de masculinidade e, conseqüentemente, de paternidade, tenha deixado de existir – este ainda predomina, mas observa-se sua transformação, ao passo que é abalado pela emergência de novas paternidades que implicam na ampliação da atuação do homem-pai.

Apesar dessas discussões conquistarem cada vez mais visibilidade pela comunidade científica, percebe-se que as pesquisas envolvendo masculinidades ainda não são tão expressivos quando comparados aos estudos de fenômenos que afetam mais diretamente às mulheres. Em estudos que trabalham maternidades e gravidez, a figura masculina ainda é representada como lateral. Quando se trata de paternidades, há um afinamento mais estreito, uma vez que a maior parte das pesquisas nessa área se dedica a estudar as relações dos homens com a criança após o seu nascimento, ignorando o início das experiências de paternidade durante a gravidez.

Diante disso, este estudo buscou trazer o caráter inovador da investigação direta com homens-pais durante a gestação, enxergando em suas falas, novas formas de ampliar a visibilidade das percepções e das experiências masculinas, principalmente no âmbito da saúde, onde a presença do homem-pai ainda não costuma ser massiva.

Os participantes deste estudo se caracterizam como um grupo que tem a família mínima como centro classificatório das relações, o que se evidenciou em alguns relatos que demonstravam suas percepções e expectativas. Os critérios de exclusão não impediam que homens-pais em sua diversidade participassem da pesquisa, entretanto, por se tratar de um ambulatório de pré-natal, já era previsto que os participantes apresentassem uma caracterização específica.

Mesmo diante de um grupo aparentemente homogêneo, percebeu-se, ainda que sutilmente, uma pluralidade em suas vivências paternas: a maioria dos homens vivenciava a paternidade pela primeira vez; um participante considerava a relação com a enteada uma experiência de paternidade; outros, apesar de conviverem com enteados, não necessariamente consideravam essa relação como paterna; outros tinham filhos anteriores, mas que não coabitavam e um entrevistado reconhecia como vivência paterna a breve convivência que teve um filho falecido.

Todos os participantes eram alfabetizados e havia, no mínimo, concluído o ensino fundamental. A maioria concluiu o ensino médio e dois chegaram a acessar o ensino superior. Os entrevistados se ocupavam de atividades remuneradas manuais e de serviços e apresentavam renda baixa, se caracterizando como um grupo integrante da classe trabalhadora. Apresentavam faixa etária concentrada entre 20 e 30 anos, mas o estudo também contou com a presença de homens em ciclos de vida bem espaçados.

Sete entrevistados se identificavam como não brancos, entre estes três pardos, dois “morenos”, um amarelo e um negro. Três se autodeclararam brancos. A maioria era adepta de segmentos religiosos cristãos, sobressaindo-se os evangélicos. Dois entrevistados

afirmavam não ter religião e dois se identificavam como adeptos do umbandismo e do espiritismo. A questão racial não necessariamente se mostrou articulada aos segmentos religiosos, visto que todos os entrevistados que se identificavam como cristãos se declaravam não-brancos e o entrevistado umbandista e espírita se declararam brancos.

Todos os participantes deste estudo estavam em um relacionamento afetivo com as gestantes no momento da entrevista e essa vinculação adquire o potencial de determinar as expectativas de mudanças em suas vidas após o nascimento do bebê. Oito participantes coabitavam com as gestantes no momento das entrevistas. Dos dois que não moravam com as gestantes, um estava em processo de construção de uma casa para que fossem morar juntos e outro, cujo relacionamento estava se desfazendo antes da descoberta da gravidez, optou por retomar a relação ao descobrir que se tornaria pai.

Se em muitos casos a relação existente entre o homem e a mulher norteia a gravidez, também pode-se afirmar que a gestação é capaz de determinar as configurações de relacionamento, podendo este assumir um novo caráter - de namoro para casamento, por exemplo - ou ser mantido sob a justificativa da gravidez, como foi o caso de um dos participantes.

Alguns entrevistados reconheciam que as mudanças em suas vidas já estavam em curso durante a gestação; houve discurso atribuindo essas transformações à rotina de casamento; identificou-se um relato apontando como mudanças as próprias preocupações, agora direcionadas à saúde da gestante e do bebê; também foram apontadas como mudanças a rotina diária e a dedicação de atenção a um novo membro da família; percebeu-se em um dos discursos as mudanças relacionadas ao planejamento do tempo e à tensão socioeconômica, assim como também identificou-se expectativas de mudanças no nível de maturidade, nas perspectivas de mundo e no autocuidado ao se identificar como pai.

Apesar das expectativas de mudanças serem significativas, os discursos não trazem detalhamento de como elas se materializarão na prática. Ao falar sobre mudança de rotina, planejamento de tempo, dedicação de atenção ao filho, nenhum dos homens mencionou tarefas como: dar banho na criança, trocar fralda, colocar para dormir, oferecer suporte na amamentação, preparar e dar o alimento para a criança (quando chegasse essa fase) ou levar e buscar na creche.

Da mesma forma, os participantes que afirmavam que mudariam seus hábitos de vida e suas concepções também não exemplificaram como isso se daria nas práticas diárias. Ainda assim, esses relatos chamam a atenção, pois indicam que a paternidade pode se potencializar como um fator de proteção masculina e de melhora na qualidade de vida dos homens, além

de se caracterizar como um avanço no rompimento com o modelo tradicional de paternidade.

Além dos benefícios diretos à população masculina, a ampliação das experiências de paternidade desde a gestação beneficia outros atores, como os filhos e as mulheres-mães. Por isso, é fundamental que os espaços de cuidado em geral – e, mais especificamente os serviços de saúde – enxerguem no período da gravidez um momento estratégico para valorizar e oportunizar a presença dos homens, a partir da perspectiva de que a gestação não é um fenômeno puramente biológico, adquirindo forte cunho social, econômico, político e cultural.

Enquanto a gravidez continuar sendo percebida como um fenômeno somente físico e feminino, não haverá rompimento com os estereótipos de gênero e as experiências paternas continuarão a ser prejudicadas. Neste sentido, salienta-se a necessidade e a importância de as equipes refletirem e reorientarem suas práticas, se aproximando dos homens não apenas em campanhas pontuais e em ações focalizadas.

A experiência de pesquisa com esse estudo indica que quando abordados de forma horizontal e acessível, os homens tendem a responder positivamente e a compartilhar suas trajetórias e suas concepções, desde que se sintam seguros e confortáveis para tal. Diante disso, é preciso desconstruir o mito de que os homens são desinteressados e não participam das ações propostas, havendo a necessidade de que as instituições e os profissionais façam a autocrítica e reflitam se têm propiciado condições efetivamente favoráveis à presença e participação desses homens.

Para que os homens vivam a experiência da paternidade em sua diversidade e plenitude e para que as mudanças decorrentes desse fenômeno sejam, de fato, significativas em suas biografias, é fundamental discutir continuamente sobre as construções sociais de gênero que alicerçam as masculinidades. Estes elementos irão fornecer subsídios para a elaboração, a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas, programas e ações que se proponham a romper com as assimetrias de gênero.

Se as masculinidades e as paternidades não se limitam a um modelo hegemônico, sua abordagem também não, tratando-se de uma discussão interdisciplinar que possibilita a ampliação da cidadania e dos direitos sociais desses sujeitos. Diante disso, espera-se que este artigo possa contribuir para as discussões já existentes e para os novos debates, lembrando que a magnitude do fenômeno faz com que suas reflexões não se esgotem nessas análises. Neste sentido, estimula-se que a comunidade científica se aproprie e proporcione maior visibilidade a essa temática.

## Referências

ADRIÃO, Karla Galvão. Sobre os estudos em masculinidades no Brasil: revisitando o campo. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, v.1, n.3, p. 9-20, 2005.

BARBOSA, Maria José Somerlate. Chorar, verbo transitivo. *Cadernos Pagu*, v.II, p. 321-343, 1998. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634637>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977. 225 p.

BAUER, Martin; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. (Orgs). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 7ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 39-63.

BRASIL. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa: Resolução 446, de 11/08/2011.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Saúde: Resolução 466, de 12/12/2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: princípios e diretrizes* / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 92 p.: il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).

CONNELL, Robert; MESSERSCHMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.21, n.1, p.241-282, jan-abr 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014/24650>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

DANTAS, Cristina; JABLONSKI, Bernardo; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Paternidade: considerações sobre a relação pais-filhos após a separação conjugal. *Paidéia*, São Paulo, v.14, n.29, p.347-357, dez. 2004. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3054/305425355010.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

FONSECA, Claudia. A certeza que pariu a dúvida: paternidade e DNA. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.12, n.2, p.13-34, maio-ago 2004. Disponível em:

<<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/9010-9009-1-PB.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

JAGER, Márcia Elisa; BOTTOLI, Cristiane. Paternidade: vivência do primeiro filho e mudanças familiares. *Psicologia: teoria e prática*, Rio Grande do Sul, v.13, n.1, p.141- 153, 2011. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v13n1/v13n1a11.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

KIMMEL, Michael. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v.4, n.9, p. 103-117, out 1998. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ha/v4n9/0104-7183-ha-4-9-0103.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

KROB, Adriane Diehl.; PICCININI, Cesar Augusto.; SILVA, Milena da Rosa. A transição para a paternidade: da gestação ao segundo mês de vida do bebê. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 20, n.2, p. 269-291, abr./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/psicousp/article/view/42000/45668>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

PICCININI, Cesar Augusto et al. O envolvimento paterno durante a gestação. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v.17, n.3, p. 303-314, 2004.

PINHEIRO, Thiago Félix; COUTO, Márcia Thereza. Homens, masculinidades e saúde: uma reflexão de gênero na perspectiva histórica. *Cad. Hist. Ciênc.* São Paulo, v.4, n.1, jun. 2008. Disponível em: <[http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-76342008000100004&lng=pt](http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-76342008000100004&lng=pt)>. Acesso em: 23 jun. 2020.

RABELO, Amanda Oliveira. Contribuições dos estudos de gênero às investigações que enfocam a masculinidade. *Ex Aequo*, v.21, p.161-176, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/aeq/n21/n21a12.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

SALEM, Tania. *O casal grávido: disposições e dilemas da parceria igualitária*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SARAIVA, Camille de Andrade.; LEVY, Lídia; MAGALHÃES, Andrea Seixas. O lugar do padrasto em famílias recompostas. *Barbaroi*, n.41, p. 82-99, jul./dez. 2014.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v.20, n.2, p.71-99, jul./dez. 1995.

TORRÃO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. *Cadernos Pagu*, v.24, p. 127-152, jan-jun 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a07.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 3ª Ed. 2ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 35-81.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.9, n.2, p. 460-482, jan. 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000200008/8853>>. Acesso em: 24 jul. 2020.

